

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	11
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	15
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	16
2.5 Medições não contábeis	18
2.6 Eventos subsequentes as DFs	19
2.7 Destinação de resultados	20
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	21
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	22
2.10 Planos de negócios	23
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	25
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	26
5.2 Descrição dos controles internos	27
5.3 Programa de integridade	28
5.4 Alterações significativas	32
5.5 Outras informações relevantes	33

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

2.1 Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

2022:

Em 2022, a CPFL Transmissão cumpriu com sua agenda estratégica. Reconhecida por seus processos de gestão fundados na excelência operacional, a Companhia e as empresas nas quais detém participação reafirmam o compromisso de ampliar sua capacidade de transmissão, com investimentos considerados indispensáveis para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua.

Na sequência do processo de aquisição da Companhia, ocorrido em outubro de 2021, a CPFL Cone Sul realizou as seguintes operações ao longo de 2022:

1. Oferta Pública de Aquisições de ações ("OPA") mandatória, com leilão realizado em 6 de abril;
2. OPA de deslistagem, com leilão realizado em 18 de novembro.

Como resultado das referidas OPAs, a CPFL Cone Sul passou a ser titular de aproximadamente 99,32% do capital social total da CPFL Transmissão. Como consequência da OPA de Deslistagem, em 18 de novembro de 2022, a conversão de registro da Categoria "A" para Categoria "B" foi deferida pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") da Companhia, realizada em 7 de dezembro de 2022, foi deliberado e aprovado o resgate compulsório das ações em circulação remanescentes. Em nova AGE da Companhia, realizada em 16 de dezembro de 2022, as ações resgatas foram canceladas. Com isso, a CPFL Cone Sul passou a ser titular de 100% do capital social total da CPFL Transmissão.

Ainda, ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste da Receita Anual Permitida ("RAP") visando remunerar investimentos feitos para melhoria dos serviços e repor perdas de inflação.

b) estrutura de capital:

Estrutura de Capital	2022	2021
Capital próprio	49%	78%
Capital de terceiros	51%	22%

Em 31 de dezembro de 2022, a estrutura de capital da Companhia era representada por 49% de capital próprio e 51% de capital de terceiros. Observa-se que houve variação significativa nesta composição no exercício de 2022 em relação ao exercício de 2021, sendo este impulsionado, principalmente, pelo aumento de dívidas captadas através de debêntures.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Liquidez e Recursos de Capital:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2022, nosso capital de giro líquido refletia um montante superavitário (excedente do ativo circulante em relação ao passivo circulante) de R\$ 522 milhões, uma queda de R\$ 444 milhões quando comparado a 2021, que o montante superavitário era de R\$ 967 milhões em 31 de dezembro de 2021.

Observamos que, considerando os valores totais, a redução dos saldos de 2022 em comparação a 2021 ocorreu tanto no ativo circulante quanto no passivo circulante, com variações significativas em algumas rubricas específicas, conforme segue:

- Redução significativa de R\$ 478 milhões em Caixa e Equivalentes de Caixa. Embora tenha havido um aumento de R\$ 10% no caixa gerado pelas operações da empresa, a redução na rubrica ocorreu devido ao aumento significativo nas operações de investimentos e financiamentos, sendo este último ligado ao pagamento de dividendos e de contratos de empréstimos vigentes;
- Associado ao pagamento de dividendos mencionado acima, destaca-se também o aumento de R\$ 218 milhões em Dividendos Obrigatórios e Juros Sobre Capital Próprio no passivo circulante;
- Redução de R\$ 187 milhões em Empréstimos a Receber, decorrente do recebimento de mútuo da CEEE-D;
- Redução de R\$ 150 milhões em Ativo Contratual a Curto Prazo, decorrente principalmente da ineficiência na construção de infraestrutura do contrato de concessão 001/2011 da controlada TESB;

Embora tenha ocorrido outras variações no ativo circulante e no passivo circulante, as destacadas acima foram mais significativas e embora tenha ocorrido uma diminuição do montante, o capital de giro líquido ainda é superavitário. Além disso, cabe ressaltar que a Companhia monitora tempestivamente o capital circulante líquido, sua geração de caixa, suas projeções de lucros, bem como sua estratégia de financiamento, suportam e viabilizam o plano de redução deste capital circulante líquido.

A tabela abaixo resume as obrigações contratuais e os compromissos pendentes em 31 de dezembro de 2022 (inclui outras obrigações contratuais de longo prazo):

Obrigações contratuais em 31 de dezembro de 2022	Pagamentos devidos por período (milhões de R\$)				
	Total	Menos de 1 ano	1 a 3 anos	4 a 5 anos	Mais de 5 anos
Fornecedores	69	68	0	0	1
Empréstimos e Financiamentos – principal e encargos ¹	31	6	11	9	4
Debêntures – Principal e Encargos ¹	1.594	209	201	421	763
Obrigações da Concessão ²	8	8	-	-	-
Entidade de previdência privada ³	478	70	221	174	12
Outros	0	0	-	-	-
Total de itens do Balanço Patrimonial	2.182	362	434	605	781
Projetos de construção de infraestrutura	242	162	80	-	-
Fornecedores de materiais e serviços	227	169	58	1	-
Total de outros compromissos	469	330	138	1	-
Total das Obrigações contratuais	469	330	138	1	-

1. Inclui pagamentos de juros, incluindo juros futuros projetados sobre fluxo de caixa não descontado, através de projeções de índices. Estes juros futuros não são registrados em nosso balanço.
2. As obrigações de concessão estão relacionadas ao compromisso assumido pela Companhia em executar os serviços de operação e manutenção para manter os serviços de transmissão eficientes.
3. Futuras contribuições estimadas para os planos de pensão.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As principais necessidades de recursos da Companhia referem-se principalmente aos seguintes objetivos:

- Investimentos para continuar a expandir e modernizar o sistema de transmissão, inclusive em leilões para novas linhas de transmissão, uma vez que, caso a Companhia tenha sucesso em qualquer um desses leilões, necessitará de recursos adicionais para custear os investimentos necessários para expandir as operações aplicáveis.
- Amortizar ou refinarar dívidas a vencer. Em 31 de dezembro de 2022, possuíamos um saldo de dívida não amortizado com vencimento programado para os próximos 12 meses de R\$ 6 milhões; e
- Pagamento de dividendos. Pagamos R\$ 1.219 milhões de dividendos em 2022.

A Companhia e suas controladas possuem capacidade financeira para fazer frente a seus passivos não circulantes. Uma das principais estratégias utilizadas para gerir os passivos de longo prazo é chamada de *pre-funding*, ou seja, a Companhia antecipa-se nas necessidades de caixa para o horizonte de 12 meses e prioriza a liquidez de caixa.

O índice de liquidez geral da Companhia apresentou queda no exercício de 2022, ano que atingira 0,447, em relação ao exercício de 2021: 0,815 (queda de 0,037).

Para informações mais detalhadas sobre as fontes de financiamento utilizadas pela Companhia, vide alínea (f) deste item 2.1.

d) fontes utilizadas para o financiamento do capital circulante e investimentos em ativos não correntes

As principais fontes de recursos provêm da geração de dinheiro decorrente das operações da própria Companhia e financiamento.

Durante o ano de 2022, houve obtenção de financiamentos para investir no segmento e, reforçar o capital de exploração da empresa, como foi o caso de novas emissões de debêntures.

A política de liquidez do Grupo CPFL baseia-se na detenção de fundos para cobrir as obrigações de curto prazo estabelecidas no cenário base, considerando a execução do plano de financiamento das necessidades de tesouraria para o ano em curso. Se houver uma necessidade adicional de numerário, a CPFL tem acesso fácil ao mercado de capitais para angariar fundos para cobrir estas necessidades adicionais.

Ao aplicar esta estratégia, pretendemos reduzir a exposição futura do grupo CPFL Energia ao fluxo de caixa e a sua exposição ao risco de taxa de juro, bem como manter o seu nível de liquidez e o seu perfil de dívida através de ações de refinanciamento da dívida e redução dos custos.

Para mais informações sobre as fontes de financiamento utilizadas pela Empresa, ver linha (f) deste item 2.1.

Endividamento

O endividamento total apresentou um aumento de R\$ 381 milhões, ou 56%, de 31 de dezembro de 2021 para 31 de dezembro de 2022, decorrente principalmente da emissão de debêntures no montante total de R\$ 1.037 milhões. O aumento mencionado foi parcialmente compensado pela amortização de R\$ 656 milhões de empréstimos.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

As principais fontes de recursos provêm da própria operação da Companhia e de financiamento.

E durante o ano de 2022, a CPFL Transmissão utilizou-se de financiamentos principalmente para investimento no segmento e para reforçar o capital de exploração das empresas.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

Em 31 de dezembro de 2021, nosso endividamento total (incluindo encargos) era de R\$ 1.061 milhões. Deste total, R\$ 24 milhões refere-se ao contrato de empréstimo com o BNDES tem como garantia a Cessão Fiduciária de Títulos Públicos Federais, denominados Notas do Tesouro Nacional – Série B. A Companhia cede fiduciariamente em favor do BNDES títulos públicos federais de sua propriedade, em valor equivalente a 130% do valor concedido por meio do saldo devedor do contrato de financiamento. O restante, R\$ 1.037 milhões é decorrente da emissão de debêntures emitidas em 1ª e 2ª série em junho de 2022.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Principais Contratos de Financiamentos em 2022 (incluindo encargos):

Nossas categorias de endividamento são como segue:

Pós fixado (BNDES). Em 31 de dezembro de 2022, o empréstimo pós fixado ao índice TJPL se refere ao BNDES sub A no montante de R\$ 24 milhões.

Pré-fixado (BNDES). Em 31 de dezembro de 2022, o empréstimo pré-fixado existente se refere ao BNDES sub B no montante de R\$ 0,242 milhões.

Debêntures. Em 31 de dezembro de 2022 as debêntures totalizavam R\$ 1.037 milhões.

Para mais detalhes sobre nossos empréstimos e debêntures, verificar as notas explicativas 18 e 19 das nossas demonstrações financeiras consolidadas.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Na data da apresentação deste Formulário de Referência, não havia outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além das descritas no item (i) acima.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação entre as dívidas da Companhia, observado que determinadas dívidas foram contratadas com garantia real e, portanto, têm preferência sobre outras dívidas da Companhia em caso de falência até o limite da garantia real constituída.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Condições restritivas dos empréstimos

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As apurações são feitas anualmente. Apresentamos abaixo os parâmetros de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,00
- Patrimônio Líquido dividido pelo Ativo Total maior ou igual a 30%

Condições restritivas das debêntures

Para debêntures, existem algumas exigências de cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras.

As apurações são feitas anualmente ou semestralmente, conforme o caso. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2022.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75.
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração do Grupo monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. No entendimento da Administração do Grupo, todas as condições restritivas e cláusulas financeiras e não financeiras estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2022.

g) limites dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Não foram contratados empréstimos em 2022.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Nossa administração apresenta as demonstrações de resultado consolidados referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 com a demonstração de todas as variações e comentários sobre as mais relevantes.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Comentários sobre as variações mais relevantes da Demonstração de Resultado:

	Demonstração do Resultado Consolidado (em milhões de reais)				
	2022	AH%	AH-R\$	AV%	2021
Receita operacional líquida	1.809	45%	560	100,0%	1.249
Custo de Operação	(308)	-6%	21	-17,0%	(329)
Depreciação e Amortização	(2)	-74%	7	-0,1%	(9)
Outros custos com Operação	(306)	-4%	14	-16,9%	(319)
Custo com serviço prestado a terceiros	(240)	11%	(24)	-13,3%	(216)
Lucro Operacional Bruto	1.261	79%	557	69,7%	704
Despesas operacionais	(104)	-79%	391	-5,7%	(494)
Outras Receitas	13	-92%	(159)	0,7%	172
Outras Despesas	(21)	-38%	12	-1,1%	(33)
Resultado do Serviço	1.150	230%	802	63,5%	348
Resultado de Participações Societárias	4	-92%	(46)	0,2%	50
Resultado Financeiro	4	-108%	50	0,2%	(46)
Receitas Financeiras	177	10%	16	9,8%	161
Despesas Financeiras	(173)	-16%	33	-9,6%	(207)
Lucro antes IR e CS	1.157	228%	805	64,0%	352
Contribuição Social	(67)	-17%	14	-3,7%	(80)
Imposto de Renda	(185)	-21%	50	-10,2%	(235)
	(251)				(316)
Resultado líquido das operações continuadas (Transmissão)	906		805		37
Resultado líquido das operações descontinuadas (Geração)	-		-		37
Lucro Líquido	906	1126%	832	50,1%	74

- Receita operacional líquida:**

A receita operacional líquida corresponde a receita de operações relacionadas ao processo de transmissão de energia elétrica incluindo as deduções da receita operacional. Abaixo demonstramos quadro comparativo das receitas em 2022 e 2021:

	2022	AH%	AH-R\$	AV%	2021
Receita operacional	2.062	37%	558	114,0%	1.504
Remuneração/Atualização do Ativo Contratual	891	8%	69	49,2%	822
Receita de Operação e Manutenção	545	0%	(1)	30,1%	546
Receita com construção da infraestrutura	292	135%	168	16,2%	125
Outras Receitas	334	2623%	322	18,5%	12
Deduções da Receita Operacional	(253)				(255)
PASEP e COFINS	(108)	-3%	4	-6,0%	(112)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(98)	-4%	4	-5,4%	(102)
Encargos Setoriais	(43)	8%	(3)	-2,4%	(40)
Outras deduções	(4)	192%	(3)	-0,2%	(1)
Receita operacional líquida	1.809	45%	560	100,0%	1.249

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em comparação a 31 de dezembro de 2021 a receita operacional líquida apresentou um aumento de 45% (ou R\$560 milhões), de modo que encerramos o exercício social de 31 de dezembro de 2022 com uma receita operacional líquida de R\$ 1.809 milhões.

O aumento ocorreu principalmente pelo crescimento da receita operacional bruta com os efeitos combinados de: (i) aumento de R\$ 69 milhões referente a receita de Remuneração/Atualização de Ativo Contratual reconhecida com base na taxa implícita de cada contrato de transmissão; (ii) aumento de R\$ 168 milhões em Receita com construção de infraestrutura, decorrente de reformas novas construções; (iii) e principalmente, aumento de R\$ 322 milhões em Outras Receitas decorrente principalmente da remensuração do ativo contratual através da RTP (Revisão Tarifária Periódica).

Somado a esse aumento na receita operacional, observamos uma variação negativa de R\$ 2 milhões em deduções da receita operacional, que se referem aos impostos sobre a receita e contribuições setoriais previstos em lei e definidos pela ANEEL.

- **Custo de Operação e Custo com serviço prestado a terceiros**

Abaixo demonstramos quadro comparativo dos custos em 2022 e 2021:

	Demonstração do Resultado Consolidado (em milhões de reais)				
	2022	AH%	AH-R\$	AV%	2021
Custo de Operação	(308)	-6%	21	-17,0%	(329)
Pessoal e Administradores	(230)	-11%	27	-12,7%	(257)
Material	(2)	-40%	2	-0,1%	(4)
Serviço de Terceiros	(23)	-39%	15	-1,3%	(38)
Depreciação e Amortização	1	-147%	5	0,1%	(3)
Depreciação do Ativo de Direito de Uso	(4)	-36%	2	-0,2%	(6)
Outros	(50)	149%	(30)	-2,8%	(20)
Custo com serviço prestado a terceiros	(240)	11%	(24)	-13,3%	(216)

Em comparação a 31 de dezembro de 2021, o Custo de Operação apresentou uma queda em torno de R\$ 21 milhões, resultado em R\$ 308 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Essa queda é representada por um efeito combinado em, principalmente: (i) queda de R\$ 27 milhões no custo com pessoal e administradores, referente a redução do quadro de funcionários após a privatização; e (ii) queda de R\$ 15 milhões em serviços de terceiros; que foi compensada parcialmente por, (iii) um aumento de R\$ 30 milhões em outros, decorrente de perdas por ineficiência na construção de infraestrutura do contrato de concessão 001/2011 da controlada TESB. No que diz respeito ao Custo com serviço prestado a terceiros, houve um aumento de 11% no custo de construção da infraestrutura de R\$ 24 milhões.

- **Resultado do Serviço**

Em comparação com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, o resultado de serviço da CPFL Transmissão aumentou em 230% (R\$ 802 milhões). Esse aumento está diretamente ligado aos seguintes fatores: (i) aumento na receita operacional líquida de R\$ 560 milhões; combinado com (ii) queda nas despesas operacionais em R\$ 391 milhões, decorrente principalmente da diminuição de outras despesas operacionais que inclui uma redução significativa de provisões para contingências cíveis, trabalhistas, fiscais e de gastos ambientais.

Lucro Líquido

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Resultado Financeiro

Abaixo, demonstramos a abertura dos valores que compõem o resultado financeiro, dividido entre as Receitas e as Despesas Financeiras para 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2022.

	Resultado Financeiro (em milhões de R\$)				
	2022	AH%	AH-R\$	AV%	2021
Receitas					
Rendas de aplicações financeiras	42	95%	21	23,9%	22
Atualização de depósitos judiciais	10	202%	7	5,8%	3
Atualizações monetárias e cambiais	113	-10%	(12)	63,7%	125
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(3)	100%	(3)	-2,0%	-
Outros	15	41%	4	8,5%	11
Total	177		16		161
Despesas					
Encargos de dívidas	(93)	389%	(74)	-52,8%	(19)
Atualizações monetárias e cambiais	(36)	-77%	120	-20,4%	(156)
Atualização Contingências Judiciais Trabalhista	(17)	100%	(17)	-9,3%	-
Atualização Contingências Judiciais Fiscais	(2)	100%	(2)	-1,3%	-
Atualização Contingências Judiciais Cíveis	1	100%	1	0,5%	-
Outros	(26)	-16%	5	-14,8%	(31)
Total	(173)		33		(207)
Resultado financeiro	4				(46)

Comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, o resultado financeiro líquido saiu de uma despesa financeira líquida de R\$ 46 milhões para uma receita financeira líquida de R\$ 4 milhões em 31 de dezembro de 2022. Essa variação positiva foi ocasionada por uma queda significativa das despesas financeiras, tendo como resultado principal a quitação de empréstimos estrangeiros da Companhia, que impactou na liquidação dos saldos e das despesas com variação cambial. Adicionalmente houve um aumento das receitas financeiras, que saiu de R\$ 161 milhões em 31 de dezembro de 2021 para R\$ 177 milhões em 31 de dezembro de 2022, que teve como principal variação positiva o aumento de R\$ 21 milhões de rendas de aplicações financeiras e de R\$ 7 milhões em atualização de depósitos judiciais. Além disso, houve uma redução de R\$ 125 milhões em atualizações monetárias e cambiais, que conforme já mencionado, se refere a quitação dos empréstimos em moeda estrangeira da Companhia.

Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas com imposto de renda e contribuição social reduziram para R\$ 251 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 em comparação com R\$ 316 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. A taxa efetiva de 22% sobre o lucro antes dos impostos no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 foi inferior à taxa efetiva de 90% do exercício de 31 de dezembro de 2021, principalmente devido ao aumento do lucro antes do IR/CS, decorrente de lançamentos não recorrentes registrados em 2021.

Lucro líquido

Comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, e devido aos fatores discutidos acima, o lucro líquido aumentou 1.126% (ou R\$ 832 milhões), resultando em R\$ 906 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Comentários sobre as variações mais relevantes do Fluxo de Caixa:

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

	Fluxo de Caixa (milhões de reais)				
	31/12/2022	AH%	AH-R\$	AV%	31/12/2021
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido das operações continuadas	906	2357%	869	336,8%	37
Ajustes:					
Depreciação e amortização	(5)	-121%	(27)	-1,7%	22
Baixa de Ativo Imobilizado, Investimentos e Intangível	3	-102%	133	1,2%	(130)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(4)	-94%	62	-1,4%	(66)
Provisão para contingências	56	-54%	(66)	20,9%	122
Provisão Para Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	7	-4465%	7	2,5%	(0)
Variação dos Investimentos em Títulos do Governo	(7)	-64%	13	-2,8%	(21)
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	71	10%	7	26,4%	64
Imposto de Renda e Contribuição Social	251	73%	106	93,5%	145
Variação do Ativo Contratual	(1.090)	730%	(959)	-405,5%	(131)
Outros	58	100%	58	21,5%	-
	246	482%	203	91,3%	42
Variações nos Ativos e Passivos Operacionais					
(Aumento) redução dos ativos:					
Concessionárias e Permissionárias	(20)	-263%	(33)	-7,6%	12
Tributos a recuperar	(42)	1469%	(39)	-15,6%	(3)
Estoques	(6)	-69%	14	-2,3%	(20)
Empréstimos a Receber	199	58%	73	73,9%	126
Ativo Contratual	650	607%	558	241,8%	92
Depósitos judiciais	(48)	197%	(32)	-17,8%	(16)
Outros ativos	(11)	-30%	5	-4,1%	(16)
	722	311%	546	268,4%	176
Aumento (redução) dos passivos:					
Fornecedores	39	564%	34	14,7%	6
Obrigações fiscais	7	-96%	(198)	2,7%	205
Obrigações trabalhistas a pagar	(31)	-257%	(50)	-11,5%	20
Obrigações da concessão	0	-99%	(41)	0,2%	42
Outras contas a pagar	(134)	-143%	(443)	-49,9%	308
Provisão para Benefícios a Empregados	(82)	-5973%	(84)	-30,7%	1
IRPJ e CSLL pagos	(68)	-60%	102	-25,1%	(169)
	454	-23%	(134)	168,9%	588
Juros de empréstimos e financiamentos pagos	(47)	131%	(27)	-17,6%	(21)
Pagamento de contingências judiciais	(14)	-52%	15	-5,2%	(29)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	638	10%	57	237,3%	581
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-100%	8	0,0%	(8)
Dividendos Recebidos	4	11%	0	1,3%	3
Alienação de Investimento	-	-100%	(301)	0,0%	301
Investimentos em Títulos do Governo	54	100%	54	20,2%	-
Aumento do Ativo Contratual	(230)	28%	(50)	-85,4%	(180)
Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	(78)	273%	(57)	-28,9%	(21)
Adições no Intangível	(0)	-96%	1	0,0%	(1)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(250)	-366%	(344)	-92,8%	94
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Amortização do Principal de Empréstimos e Financiamentos	(590)	1056%	(539)	-219,5%	(51)
Captação de Empréstimos e Debêntures	958	100%	958	356,2%	-
Pagamento de Dividendos e Juros sobre Capital próprio	(1.219)	786%	(1.081)	-453,2%	(138)
Reestruturação societária	-	-100%	342	0,0%	(342)
Resgate compulsório de ações	(16)	100%	(16)	-5,8%	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	(867)	63%	(336)	-322,4%	(531)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(478)	-433%	(622)	-177,8%	144
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	747	24%	144	277,8%	603
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	269	-64%	(478)	100,0%	747

Caixa líquido oriundo das operações

Em comparação com o ano encerrado em 31 de dezembro de 2021, o caixa líquido oriundo das atividades operacionais aumentou cerca de 10% (ou R\$ 57 milhões), resultando em R\$ 638 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Este aumento é decorrente, principalmente, de:

- Lucro antes dos tributos ajustado: aumento de 482% (ou R\$ 203 milhões) em relação ao exercício de 2021, atingindo em 2022 o montante de R\$ 246 milhões. Essa elevação deve-se, sobretudo, pelos aumentos (i) da linha

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de lucro líquido das operações continuadas em R\$ 869 milhões (conforme discutido em “Comentários sobre as variações mais relevantes da Demonstração de Resultado” acima); (ii) aumento nas linhas de baixa de ativos e Imposto de Renda e Contribuição Social ; compensados em parte pela (iii) variação negativa do Ativo Contratual em 730% (ou R\$959 milhões), variação decorrente remensuração do ativo através da RTP (Revisão Tarifária Periódica) do contrato de concessão 055/2001 e pelo reajuste tarifário anual.

- (Aumento) Redução nos ativos operacionais: aumento de R\$ 546 milhões em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, referente, principalmente, (i) ao aumento na linha de ativo contratual de R\$ 558 milhões pelos motivos já destacados acima; além de acréscimos, em menor proporção em empréstimos a receber em R\$ 73 milhões; tais aumentos, foram em parte compensados por: (iii) um acréscimo dos saldos de tributos a recuperar em R\$ 39 milhões e, (iv) acréscimo do saldo de concessionárias e permissionárias em R\$ 33 milhões.

Tais variações nos ativos operacionais fora em parte compensada, por:

- Aumento (Redução) nos passivos operacionais: uma queda dos passivos operacionais na ordem de R\$ 134 milhões, resultando em um saldo de R\$ 454 milhões em 31 de dezembro de 2022. Tal variação foi decorrente, principalmente dos efeitos de: (i) menor saldo devedor de outras contas a pagar (diminuição em, aproximadamente, R\$ 443 milhões); (ii) diminuição de obrigações fiscais; e (iii) Provisão para Benefícios a Empregados.

Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos

Observa-se, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, uma queda de 366% (ou R\$ 344 milhões) na utilização de caixa em atividades de investimentos, o qual, ao fim de 2022, atingira o montante de R\$ 250 milhões. O aumento mencionado é decorrente, principalmente, de (i) aumento de 273% (ou R\$ 57 milhões) da aquisição de bens do ativo imobilizado (ii) aumento de 28% (ou R\$ 50 milhões) em adições do ativo contratual, conforme motivos já ressaltados anteriormente e, por fim, (iii) se refere a extinção de R\$ 301 milhões do saldo de Alienação de Investimento.

Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos

Em relação ao exercício de 2021 (cujo caixa utilizado para atividades de financiamentos fora de R\$ 531 milhões), no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 nota-se um aumento significativo no caixa consumido em 63% (ou R\$ 336 milhões), atingindo o montante utilizado de R\$ 867 milhões. Tal movimentação é decorrente dos efeitos combinados de (i) captação de empréstimos e debêntures (no caso, houve captação de debêntures que somaram de R\$ 958 milhões); (ii) pagamentos e liquidações dos empréstimos e financiamentos (com amortização que somam cerca de R\$ 539 milhões); e, (iii) um montante significativo de pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio (em R\$ 1.081 milhões).

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 Os diretores devem comentar:

a) resultados das operações do emissor, em especial:

O segmento de transmissão é responsável por construir e operar a infraestrutura de transmissão com o objetivo de transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, de acordo com seus contratos de concessão.

Em relação aos seus resultados, a receita operacional bruta é valor faturado pela empresa em suas operações. A Companhia encerrou o mês dezembro de 2022 com uma receita operacional bruta de R\$ 2.062 milhões representando um acréscimo de aproximadamente 37% em relação ao mesmo período do ano anterior, que foi de R\$ 1.504 milhões. Com as deduções (impostos, encargos e taxas setoriais) a receita operacional líquida encerrou dezembro de 2022 com um montante de R\$ 1.809 milhões, 45% maior que dezembro de 2021, que o montante era de R\$ 1.249 milhões.

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita das operações da CPFL-T é proveniente da Construção das instalações de transmissão e dos serviços de Operação e Manutenção das mesmas, além da remuneração do Ativo da Concessão Contratual reconhecida com base na taxa implícita de cada contrato de transmissão.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Resultado das Operações – 2022 em comparação a 2021

Vendas

A receita operacional líquida da CPFL-T no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 totalizou R\$ 1.809 milhões, um aumento de 45% (ou R\$ 560 milhões) em comparação com R\$ 1.249 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, refletindo o efeito combinado de: (i) aumento de R\$ 322 milhões em “outras receitas” decorrente principalmente da remensuração do ativo contratual devido a RTP, conforme mencionado anteriormente; (ii) aumento de 135% (ou R\$ 168 milhões) em Receita com Construção de Infraestrutura.

Resultado do Serviço de Energia Elétrica

Em comparação com o ano encerrado em 31 de dezembro de 2021, o resultado do serviço aumentou R\$ 802 milhões resultando em um montante de R\$ 1.150 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Como mencionado anteriormente no item h) do tópico 2.1, a variação positiva identificada no Resultado do Serviço é decorrente das variações:

(i) Aumento da Receita Operacional Bruta em R\$ 558 milhões, decorrente principalmente das variações de “Outras Receitas” e “Receita com construção da infraestrutura” conforme motivos já destacados;

(ii) Queda de Custo de Operação em R\$ 21 milhões, decorrente principalmente das variações de “Outros Custos com Operação”, representado por uma queda de R\$ 27 milhões no custo com pessoal e administradores, referente a redução de salário bruto pago ao longo do ano, mudanças no plano de previdência CEEEPREV e Plano Único e baixa de provisões de pagamentos de ACT (servidores públicos Admitidos em Caráter Temporário) para desligados; e (ii) queda de R\$ 15 milhões em serviços de terceiros; que foi compensada parcialmente por, (iii) um aumento de R\$ 30 milhões em outros, decorrente de perdas por ineficiência na construção de infraestrutura do contrato de concessão 001/2011 da controlada TESB. A essa queda, soma-se também a queda no montante de

2.2 Resultados operacional e financeiro

R\$ 7 milhões dos saldos de Depreciação e Amortização, decorrente da última parcela de depreciação registrada de alguns ativos, devido ao término da vida útil;

(iii) Aumento do Custo com Serviço prestado a terceiros de R\$ 24 milhões (ou 11%), decorrente principalmente do aumento do custo de construção. Esse aumento compensou a queda mencionada no item (ii) acima e fez com que os Custos permanecessem constantes entre os períodos de 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021;

(iv) Queda significativa de R\$ 391 milhões (ou 79%) em Despesas Operacionais, representada principalmente pelo saldo de “Outras Despesas”, decorrente principalmente da redução de provisões para contingências cíveis, trabalhistas, fiscais e reversão de provisões para gastos ambientais.

(v) Por fim, se destaca que parte da queda em Despesas Operacionais, foi compensada pela também queda em Outras Receitas em R\$ 159 milhões (ou 38%). Essa variação negativa é decorrente, quase que em sua totalidade, da queda nas receitas obtidas com Alienação de Bens e de Materiais.

Lucro líquido

Comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, o resultado líquido aumentou em R\$ 832 milhões resultando em um lucro líquido de R\$ 906 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Esse resultado é reflexo de (i) aumento na receita operacional líquida de R\$ 560 milhões (conforme mencionado nas seções acima); (ii) queda das despesas operacionais em R\$ 391 milhões (conforme mencionado nas seções acima); (iii) variação positiva de R\$ 50 milhões no resultado financeiro, decorrente principalmente da queda nas despesas com variação cambial devido a quitação de empréstimos estrangeiros; (iv) queda nos montantes de IR/CS.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

O segmento Transmissão tem sua remuneração definida pela ANEEL através da Receita Anual Permitida (RAP), corrigida anualmente pelo IPCA e IGPM (contrato 80) e, através da Revisão Tarifária Periódica (RTP) de acordo com o ciclo tarifário determinado pela ANEEL.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor:

Conjuntura Econômica Brasileira

Todas as nossas operações estão no Brasil, e por essa razão somos afetados pela conjuntura econômica brasileira. Em especial, o desempenho geral da economia brasileira afeta a demanda de energia elétrica, e a inflação afeta nossos custos e nossas margens.

Alguns fatores podem afetar significativamente a demanda por energia são: condições climáticas, o desempenho do mercado de trabalho, distribuição de renda, disponibilidade de crédito, crescimento econômico e investimento, relacionados principalmente à produção industrial.

Temperaturas elevadas e aumento dos níveis de renda causam um aumento na demanda por energia elétrica e, portanto, aumentam nossa receita. Por outro lado, o aumento do desemprego e a diminuição da renda familiar tendem a reduzir a demanda.

No segmento de transmissão, os consumidores são representados pelas concessionárias e permissionárias distribuidoras de energia, que em sua maioria, atendem o consumidor final (residenciais, comerciais e industriais

2.2 Resultados operacional e financeiro

- embora este último, possa ser atendido diretamente pelas transmissoras de energia). Assim, mudanças no ambiente macroeconômico decorrente de queda na renda, emprego, inflação, juros, entre outros, afetam consequentemente a demanda das transmissoras.

A inflação afeta nossos negócios principalmente pelo aumento dos custos operacionais e despesas financeiras devido aos encargos de dívidas serem corrigidos pela inflação. Assim, podemos recuperar uma parte desse aumento de custos e despesas por meio da Receita Anual Permitida – RAP.

E a depreciação do Real aumenta o custo do serviço da nossa dívida em moeda estrangeira (caso seja aplicável), bem como valores de matérias primas que têm valores definidos atrelados à moeda estrangeiras ou que são importadas, utilizadas no processo de construção de infraestrutura.

A tabela abaixo mostra os principais indicadores de desempenho da economia brasileira referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
	2022	2021
Crescimento do PIB (em reais) ⁽¹⁾	2,9%	4,6%
Taxa de desemprego ⁽²⁾ – média de %	9,3%	13,2%
Crédito à pessoa física (recursos não destinados) – % PIB	18,1%	17,4%
Crescimento das Vendas no Varejo	1,2%	1,4%
Crescimento da Produção Industrial	(0,7%)	3,9%
Inflação (IGP-M) ⁽³⁾	5,5%	17,8%
Inflação (IPCA) ⁽⁴⁾	5,8%	10,1%
Taxa de câmbio média – US\$1,00 ⁽⁵⁾	R\$ 5,17	R\$ 5,39
Taxa de câmbio no fim do ano – US\$1,00	R\$ 5,22	R\$ 5,58
Depreciação (apreciação) do real x dólar norte-americano	(6,5%)	7,4%

Fontes: Fundação Getúlio Vargas, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Banco Central do Brasil

1. Fonte: IBGE.
2. Taxa de desemprego conforme Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
3. A inflação (IGP-M) é o índice geral de preços de mercado medido pela Fundação Getúlio Vargas.
4. A inflação (IPCA) é um índice amplo de preços ao consumidor medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, sendo a referência para as metas de inflação estabelecidas pelo CMN.
5. Representa a média das taxas de venda comerciais no último dia de cada mês durante o período.

O ano de 2022 começou sob os auspícios de uma nova onda global de Covid-19, causada pela variante Ômicron. A variante se mostrou muito mais transmissível, porém menos letal (para a população vacinada). Isso levou à forte redução das restrições de circulação e a pandemia se tornou uma questão de menor impacto econômico.

Mas, isso não significou imediata normalização da economia. Ao desequilíbrio das cadeias produtivas já existente no início de 2022 se somou um novo choque, trazido pela invasão da Ucrânia pela Rússia. Os temores com relação à disponibilidade de grãos, metais e energia decorrentes do conflito elevou sobremaneira os preços das principais commodities.

Por seu turno, a retomada das atividades pós-pandemia impulsionou o consumo de serviços e o mercado de trabalho, repercutindo sobre o consumo de forma geral. A inflação global se tornou uma grande preocupação ao longo do ano e os principais bancos centrais mundiais promoveram um aperto sincronizado e significativo de condições monetárias.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Já o Brasil foi beneficiado pela alta de preços de commodities no mercado internacional em duas frentes. A primeira foi nas contas externas: com o bom desempenho da balança comercial, foi possível manter em patamar confortável o déficit em transações correntes e os indicadores de endividamento externo. O segundo benefício foi o aumento da arrecadação federal associada ao setor de minério de ferro (2021) e do petróleo (2022), que foi decisivo para que o setor público consolidado brasileiro voltasse a registrar superávits primários em 2021 e 2022 - algo que não se observava desde 2013.

Contudo, tais surpresas proporcionaram espaço para aumento dos gastos e desonerações, elevando as incertezas sobre a sustentabilidade fiscal brasileira, principalmente a partir do momento em que a regra fiscal em vigor - o teto de gastos - foi alterada para viabilizar a expansão de despesas pela União em pleno ano eleitoral. Este cenário gerou forte deterioração das perspectivas para o endividamento público. Boa parte dos analistas passou a prever alta expressiva da razão dívida/PIB ao longo da década atual (partindo de um nível em 2022 já relativamente elevado para uma economia emergente).

Estas incertezas com relação à sustentabilidade fiscal foram responsáveis também, em larga medida, por manter a taxa de câmbio mais pressionada no segundo semestre de 2022. Essa pressão sobre o câmbio ocorreu a despeito da forte alta dos juros reais e dos bons resultados das contas externas.

Por outro lado, as desonerações permitiram uma expressiva descompressão da inflação, especialmente no segundo semestre do ano, quando se registrou deflação na comparação mensal por três meses consecutivos (jul-set). Assim, a despeito de ter atingido 12,1% no acumulado em 12 meses até abril, a inflação encerrou o ano de 2022 em 5,8%. Apesar de se situar pelo segundo ano consecutivo acima do teto da meta, está bastante abaixo da taxa de 10,1% registrada no ano anterior e do que teria sido sem as medidas de desoneração.

A atividade econômica também se beneficiou do impulso fiscal, especialmente na segunda metade do ano. O primeiro semestre foi marcado pela forte expansão do mercado de trabalho e aumento do consumo, especialmente dos serviços prestados às famílias (reflexo da retomada pós-pandemia), o que garantiu uma expansão de 1,4% em relação ao encerramento de 2021. Já as medidas de desoneração e gastos consolidaram a expansão da renda real (pelo Auxílio Brasil turbinado, consignado do Auxílio Brasil, queda da inflação, entre outros) e garantiram uma expansão do PIB no terceiro trimestre do ano, a despeito

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 Os diretores devem comentar:

a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações financeiras de 2022 estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), emitidas pelo IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo as orientações emitidas pelo CPC, contemplando os efeitos de mudanças em pronunciamentos aplicáveis.

A partir de 1º de janeiro de 2022, o Grupo CPFL Energia adotou inicialmente as alterações ao CPC 25 / IAS 37 sobre custos para cumprir um contrato, considerando avaliações a fim de identificar se existem contratos onerosos. Também adotou inicialmente as alterações ao CPC 15 (R1) / IFRS 3, sobre a atualização da norma de definição relacionada à Estrutura Conceitual. E por fim, destaca-se as alterações referentes ao CPC 27 / IAS 16 de ativo imobilizado, de proibição da entidade em deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo não estiver pronto para uso. Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, mas, assim como as destacadas acima, não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

Mais detalhes sobre mudanças nas práticas contábeis, vide nota 3 de nossas demonstrações financeiras consolidadas.

b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

2022

O Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, datado de 15 de março de 2023, emitido pela PwC Auditores Independentes, não contém parágrafos de ênfases ou ressalvas.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável, tendo em vista que não houve introdução ou alienação de segmento operacional no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Conforme informado ao mercado, através de fato relevante datado em 6 de abril de 2022, em 25 de fevereiro de 2022, foi concedido pela CVM, por meio do Ofício nº 93/2022/CVM/SRE/GER-1, o registro e a autorização para a realização da oferta pública unificada de aquisição obrigatória de ações ordinárias por alienação de controle e voluntária de ações preferenciais de emissão da Companhia ("OPA").

Em 7 de março de 2022, foi divulgado o *"Edital de Oferta Pública Unificada de Aquisição de Ações Ordinárias e Preferenciais de Emissão da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica"* ("Edital"), contendo todos os termos e condições da OPA, realizada pela Cone Sul, em atendimento à obrigação de realização de oferta pública de aquisição em virtude de alienação do controle da Companhia, de acordo com o disposto no artigo 254-A da Lei das S.A., e na Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, observadas as regras estabelecidas na Instrução da CVM nº 361, de 5 de março de 2002.

Conforme indicado no Edital, o leilão da OPA foi realizado na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão no dia 6 de abril de 2022. Como resultado do leilão, a Cone Sul adquiriu 3.095.570 ações ordinárias (representativas de 32,56%) e 109.251 ações preferenciais (representativas de 72,08%) de emissão da Companhia, ambas valoradas ao preço unitário de R\$ 349,29.

A partir de tal aquisição, a Cone Sul passou a deter 9.476.391 ações ordinárias (representativas de 99,68% do total desta espécie) e 110.338 ações preferenciais (representativas de 72,80% do total desta espécie) de emissão da Companhia, assim, a Companhia passou a deter aproximadamente 99,26% do Capital Social total.

Em 10 de outubro de 2022, foi concedido pela CVM, por meio do Ofício nº 528/2022/CVM/SER/GER-1, o registro e a autorização para a realização da oferta pública de aquisição de ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T, para conversão de registro de companhia aberta da Companhia como emissora de valores mobiliários, da categoria "A" para a categoria "B" ("OPA de Deslistagem").

Conforme indicado no edital, divulgado em 19 de outubro de 2022, o leilão da OPA foi realizado na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão no dia 18 de novembro de 2022. Como resultado do Leilão, a CPFL Cone Sul adquiriu 3.697 ações ordinárias (representativas de 0,04% do total de ações ordinárias) e 2.018 ações preferenciais (representativas de 1,33% do total de ações preferenciais) de emissão da CPFL Transmissão, a CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda. passou a ser titular de 9.592.444 ações de emissão da CEEE-T, representativas de 99,32% do seu capital social total, sendo 9.480.088 ações ordinárias, representativas de 99,72% do total dessa espécie, e 112.356 ações preferenciais, representativas de 74,13% do total dessa espécie. Em 7 de dezembro de 2022, foi aprovado em assembleia geral extraordinária de acionistas ("AGE") da CPFL Transmissão, o resgate da totalidade das ações de emissão da Companhia que remanesceram em circulação após o leilão da OPA para conversão de registro de companhia aberta da CPFL Transmissão como emissora de valores mobiliários, da categoria "A" para a categoria "B", conforme o disposto no artigo 4º, § 5º, da Lei das Sociedades por Ações ("Resgate Compulsório").

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

Em 16 de dezembro de 2022, foi aprovado em AGE da CPFL Transmissão, o cancelamento da totalidade das ações de emissão da Companhia que se encontravam em tesouraria (advindas do Resgate Compulsório), sendo 26.787 ações ordinárias e 39.216 ações preferenciais. Também foi aprovada a alteração do caput do Artigo 5º do Estatuto Social da CPFL Transmissão, para refletir a nova composição de ações após o cancelamento acima deliberado. A partir de tais deliberações, a CPFL Cone Sul continuou a ser titular de 9.592.444 ações de emissão da CPFL Transmissão, agora representativas de 100% do seu capital social total, sendo 9.480.088 ações ordinárias e 112.356 ações preferenciais.

Em fato relevante, divulgado em 28 de fevereiro de 2024, a Companhia informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, naquela data, foi aprovada, em Assembleia Geral Extraordinária da CPFL Transmissão e por meio de Alteração do Contrato Social da CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda. ("Cone Sul"), a incorporação, pela CPFL Transmissão, de sua controladora direta, Cone Sul, que detinha a totalidade das ações de emissão da CPFL Transmissão, na forma do art. 227 da Lei das S.A. e 1.116 do Código Civil ("Incorporação"), de acordo com os termos e condições do "Protocolo e Justificação de Incorporação da CPFL Comercialização de Energia Cone Sul Ltda. pela Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica – CEEE-T", também celebrado naquela data. Em razão da Incorporação, (i) a totalidade das ações de emissão da CPFL Transmissão de titularidade da Cone Sul foram canceladas e novas ações, com os mesmos direitos a elas conferidos, foram atribuídas à sua única sócia, CPFL Comercialização Brasil S.A., ("CPFL Brasil"), em substituição a sua participação no capital social da Cone Sul, e (ii) a Cone Sul foi extinta e seu acervo líquido foi absorvido pela CPFL Transmissão, que a sucedeu em todos bens, direitos, créditos, deveres e obrigações (iii) o capital social da CPFL Transmissão será aumentado em R\$ 20.395.437,09, passando, portanto, de R\$ 981.342.763,72 para R\$ 1.001.738.200,81, representado por 9.791.805 ações, sem valor nominal, sendo 9.677.114 ações ordinárias e 114.691 ações preferenciais, sem direito a voto, todas nominativas.

c) eventos ou operações não usuais

Não aplicável, tendo em vista que não ocorreram eventos ou operações não usuais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.5 Medições não contábeis

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a) informar o valor das medições não contábeis

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme previsto no Anexo C da Resolução CVM nº 80/22, este item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. A Companhia optou por não preencher este item.

b) fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme previsto no Anexo C da Resolução CVM nº 80/22, este item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. A Companhia optou por não preencher este item.

c) explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme previsto no Anexo C da Resolução CVM nº 80/22, este item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. A Companhia optou por não preencher este item.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme previsto no Anexo C da Resolução CVM nº 80/22, este item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. A Companhia optou por não preencher este item.

2.7 Destinação de resultados

2.7 Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

	31.12.2022
a. Regras sobre retenção de lucros	De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, o lucro líquido do exercício terá obrigatoriamente a seguinte destinação: (a) 5%, antes de qualquer outra destinação, para a formação da reserva legal, até atingir 20% do capital social subscrito; (b) pagamento de dividendo obrigatório, observado o disposto no Estatuto Social; (c) o lucro remanescente, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social subscrito; e (d) em caso de prejuízo no exercício, as reservas constituídas de lucros, de capital e legal poderão ser utilizadas para absorver o prejuízo remanescente, sendo a reserva legal a última a ser absorvida.
a.i. Valores das retenções de lucros	(i) Reserva legal: R\$ 45.408.300,00. (ii) Constituição de Reserva de Lucros a Realizar: R\$ 59.887.283,47.
b. Regras sobre distribuição de dividendos	O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição de dividendos de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	A política de distribuição de dividendos segue a regra da Lei das S.A., ou seja, de distribuição anual. A companhia, ainda, poderá declarar, por meio de deliberação em Assembleia Geral, dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros apurados em balanços semestrais ou de períodos menores.
d. Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não existem restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais
e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.	Não há uma política específica de distribuição de dividendos. Os dividendos são distribuídos considerando as regras previstas em lei, respeitando o Estatuto Social da Companhia.

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do não possui ação em relação ao emissor, indicando:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

- i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos**

Em 31 de dezembro de 2022, não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a Companhia não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia.

- ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui contratos de compra futura tampouco de venda de produtos ou serviços.

- iii) contratos de construção não terminada**

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos, tais como compromissos relacionados a contratos para construção de infraestrutura, que estão apresentados em forma de tabela no item 2.1c desse Formulário de Referência.

- iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Em 31 de dezembro de 2022, não há contratos de recebimentos futuros de financiamento não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia.

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não há outros itens relevantes não evidenciados no balanço patrimonial da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

b) natureza e o propósito da operação;

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não aplicável, tendo em vista que não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

2.10 Planos de negócios

2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) investimentos, incluindo:

- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Em 2022, os principais investimentos realizados foram destinados à manutenção e expansão do negócio, por meio de projetos de reforços e melhorias na concessão renovada. Esses investimentos dependem de Resoluções Autorizativas da ANEEL e a Companhia já possui autorizações para execução de investimentos nos próximos anos.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro					
	2022	2023*	2024*	2025*	2026*	2027*
			(em milhões)			
CPFL-T	307	620	684	688	649	514

- ii. fontes de financiamento dos investimentos

As principais fontes de recursos das controladas da Companhia são provenientes da geração de caixa operacional e de financiamentos. Para o biênio de 2023 e 2024, nossas controladas pretendem captar recursos por meio de (i) novos financiamentos junto a bancos de fomento (BNDES, BNB, outros) e (ii) captações com instituições financeiras nacionais e internacionais e (iii) emissão de debêntures.

- iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável em razão de não estar, em andamento, desinvestimento relevante, bem como não haver previsão de desinvestimentos futuros.

b) desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não houve aquisições de plantas, equipamentos ou outros ativos que influenciassem materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c) novos produtos e serviços, indicando:

- i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas;

Não aplicável em razão de não haver novos produtos e serviços em andamento.

- ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços;

Não aplicável em razão de não haver novos produtos e serviços em andamento.

- iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável em razão de não haver novos produtos e serviços em andamento.

2.10 Planos de negócios

- iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

Não aplicável em razão de não haver novos produtos e serviços em andamento.

d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

O Plano ESG 2030 do Grupo CPFL foi conduzido em paralelo ao Planejamento Estratégico (PL), de forma que ela fora considerada como uma das bases de nossa estratégia, conforme é possível notar em nossa mandala do PE (disponível em: <https://cpfl.riprisma.com/show.aspx?idCanal=/iGp64OrpuAFuaTE5dMFCA==>).

Para reforçar o compromisso do Grupo CPFL com a Sustentabilidade e as práticas ESG, lançamos, em novembro de 2022, o “Plano ESG 2030” da CPFL Energia, que traz novas diretrizes e estratégias para que possamos fornecer energia sustentável, acessível e confiável em todos os momentos, tornando a vida das pessoas mais segura, saudável e próspera nas regiões onde operamos. Nosso objetivo é impulsionar a transição para uma forma mais sustentável, segura e inteligente de produzir e consumir energia, maximizando os nossos impactos positivos na sociedade.

Com a participação direta de mais de 200 colaboradores e colaboradoras do Grupo CPFL, construímos 23 compromissos, organizados em quatro pilares, que sustentam a maneira como conduzimos nossos negócios e executamos nossa estratégia: Soluções renováveis e inteligentes, Operações sustentáveis, Valor compartilhado com a sociedade e Atuação segura e confiável.

Mais informações relacionadas ao Plano ESG 2030 estão disponíveis em <https://cpfl.riprisma.com/show.aspx?idCanal=cS9AbIVVO5ESS9AGigZPFQ==>

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não existem outros fatores que influenciam de maneira relevante o desempenho operacional da companhia e que não foram mencionados nesta seção.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5. POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

5.1 Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme previsto no Anexo C da Resolução CVM nº 80/22, este item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. A Companhia optou por não preencher este item.

a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme previsto no Anexo C da Resolução CVM nº 80/22, este item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. A Companhia optou por não preencher este item.

b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme previsto no Anexo C da Resolução CVM nº 80/22, este item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. A Companhia optou por não preencher este item.

i) os riscos para os quais se busca proteção

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme previsto no Anexo C da Resolução CVM nº 80/22, este item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. A Companhia optou por não preencher este item.

ii) Os instrumentos utilizados para proteção

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme previsto no Anexo C da Resolução CVM nº 80/22, este item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. A Companhia optou por não preencher este item.

iii) A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme previsto no Anexo C da Resolução CVM nº 80/22, este item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. A Companhia optou por não preencher este item.

c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme previsto no Anexo C da Resolução CVM nº 80/22, este item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. A Companhia optou por não preencher este item.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a) as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme previsto no Anexo C da Resolução CVM nº 80/22, este item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. A Companhia optou por não preencher este item.

b) as estruturas organizacionais envolvidas

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme previsto no Anexo C da Resolução CVM nº 80/22, este item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. A Companhia optou por não preencher este item.

c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme previsto no Anexo C da Resolução CVM nº 80/22, este item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. A Companhia optou por não preencher este item.

d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores não reportaram deficiências significativas em seu relatório circunstanciado sobre controles internos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A Comunicação de Deficiências de Controles Internos, emitida pelos Auditores Independentes, é anualmente arquivada no órgão regulador, ANEEL. Os status dos planos de ação são acompanhados pelo Comitê de Auditoria da nossa controladora CPFL Energia, órgão independente da Administração da CPFL Energia e da auditoria externa.

Não é de conhecimento da Administração da Companhia fatos ou aspectos que possam indicar a presença de deficiências significativas nos controles internos sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Ainda assim, as demais deficiências identificadas são encaminhadas aos diretores responsáveis para definição dos planos de ação. A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO realiza o acompanhamento e verificação do atendimento do plano de ação ao longo do exercício fiscal.

5.3 Programa de integridade

5.3 Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

- i) os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

Como parte do Grupo CPFL, a Companhia mantém procedimentos que orientam seus principais processos organizacionais, além de controles internos que são avaliados periodicamente pelas áreas de Auditoria Interna. Também monitora seus principais indicadores de riscos oriundos de sua Matriz de Riscos Corporativos. Adicionalmente, a Companhia possui um robusto Programa de Integridade composto por 4 dimensões (diretrizes, comunicação, avaliação e monitoramento). Dentre eles, destacamos algumas iniciativas:

- **Código de Conduta Ética:** diretrizes éticas a serem seguidas por colaboradores e terceiros com relacionamento direto com a controladora CPFL Energia. O Código de Conduta Ética está na sua 5ª versão e foi aprovado em Reunião de Conselho de Administração em 20 de abril de 2023, estando disponível no site institucional do Grupo CPFL em local de público acesso, através do link: <https://www.grupocpfl.com.br/institucional/codigo-de-conduta-etica>
-
- **Comitê de Ética e Conduta Empresarial e Comissão de Processamento de Denúncias:** o Comitê Executivo de Ética e Conduta Empresarial (“COMET”) da controladora CPFL Energia é composto por 04 (quatro) membros, sendo 03 (três) da Diretoria Executiva, quais sejam o Diretor Presidente (CEO), o Diretor Vice-Presidente Jurídico & de Relações Institucionais e o Diretor Vice-Presidente Executivo, e 01 (um) membro externo e independente, e a Comissão de Processamento de Denúncias (“CPD”) é constituída por até 4 (quatro) executivos seniores da Companhia, definidos pelo Comitê de Ética, sendo um deles necessariamente o Diretor de Auditoria, Riscos, Ética e Compliance e Proteção de Dados e 01 (um) membro externo e independente, de acordo com o previsto no Regulamento de Comitê de Ética;
- **Canal Externo de Ética:** empresa independente especializada no recebimento de registros éticos (denúncias, consultas e sugestões) e responsável por assegurar a integridade e confidencialidade das informações, o anonimato dos usuários e independência durante todo o processo.
- **Norma de Relacionamento com Agentes Públicos (GED 16.602):** estabelece regras de conduta, quando do envolvimento de colaboradores e/ou representantes das empresas pertencentes à *holding* CPFL Energia S.A. e de todas as suas empresas controladas diretas e indiretas (“Grupo CPFL”) em atividades com fins comerciais, de negociação ou gestão de contratos que demandem relacionamento com Administração Pública, Agentes Públicos ou Agentes Políticos. O relacionamento e a interação com quaisquer Agentes Públicos ou Agentes Políticos devem ser éticos, transparentes e pautados na boa fé, respeitando as normas que regem a Administração Pública e os valores e diretrizes estabelecidos pelo Código de Conduta Ética do Grupo CPFL.
- **Política Anticorrupção da CPFL Energia (GED 16.027):** a Política Anticorrupção suplementa, mas não substitui o Código de Conduta Ética, tendo o objetivo de estabelecer os princípios para prevenção e combate da corrupção, suborno, lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo. Este documento é aplicável a todos os colaboradores, clientes, fornecedores e/ou parceiros comerciais e partes relacionadas das empresas pertencentes ao Grupo CPFL que tenham o mesmo modelo de gestão e governança, sendo que nas demais empresas os representantes exercerão seu direito de voto com

5.3 Programa de integridade

objetivo de adotar política semelhante. Amparada nos preceitos da conduta anticorrupção, e também das normas internas vigentes, a Política estabelece regras e procedimentos para, por exemplo: (i) proibição da corrupção e suborno e monitoramento de situações vulneráveis à violações (ii) transações envolvendo recursos financeiros; (iii) relacionamento com fornecedores, parceiros comerciais e partes relacionadas; (iv) relacionamento com o poder público. Para acessar a Política Anticorrupção, acesse o website de relações com investidores da Companhia, por meio do link: <https://cpfl.riprisma.com/listgroup.aspx?idCanal=QaOjWSkrceEfQT28iDpzLQ==>

Em 2022, o Programa de Integridade do Grupo CPFL recebeu a certificação da ISO 37001 (Sistema de Gestão Antissuborno) atestando a conformidade, as diretrizes e o alto padrão de governança e transparência com que a Companhia conduz as suas atividades.

- ii) as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

Como Grupo CPFL Energia, a Política Anticorrupção, normativo aprovado internamente pelo Conselho de Administração, e a Instrução do Programa de Integridade preveem as responsabilidades de gestão e implementação do Programa de Integridade pela área de Ética e Compliance (área alocada na Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO do Grupo CPFL), e pelo Compliance Officer, função exercida pelo Diretor de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO, com reporte direto e independente ao Conselho de Administração. Adicionalmente, o Regulamento do Comitê de Ética em conjunto com a diretriz nº 36 do Código de Conduta Ética do Grupo CPFL definem as atribuições e responsabilidades dos membros do Comitê Executivo de Ética e Conduta Empresaria ("CO"ET") e da Comissão de Processamento de Denúncias ("CPD"), dentre as quais destacamos:

- a) o número de membros será definido pelo Conselho de Administração da CPFL Energia;
- b) de acordo com a proposta da Diretoria Executiva, aprovada pelo Conselho de Administração da CPFL Energia, o Comitê será composto por Diretores Vice-presidentes e, ao menos, por um membro externo ao quadro de profissionais da CPFL, com mandato de dois anos, sendo permitida a recondução. O auditor interno participará como ouvinte do Comitê;
- c) o Comitê será dirigido por um presidente e por um vice-presidente, a quem cabe substituir o presidente em caso de ausência ou impedimento, sendo ambos indicados dentre os profissionais da CPFL escolhidos para participar do Comitê;
- d) o Comitê decidirá sobre as denúncias de violação do Código e orientará sobre aplicação de suas normas por meio de campanhas de divulgação, resposta a consultas e emissão de súmulas;
- e) a estrutura e o funcionamento do Comitê serão estabelecidos em regimento interno aprovado pela Diretoria Executiva da CPFL Energia, por proposta do Comitê; e
- f) o Conselho de Administração da CPFL Energia substituirá o Comitê em suas atribuições nos casos de violação das diretrizes do Código cometidos por membros do Comitê, da Diretoria Executiva ou do Conselho de Administração.

- iii) se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:**

O Código de Conduta Ética do Grupo CPFL é o guia orientador do Programa de Integridade que contém os princípios, valores e compromissos éticos, de integridade e de transparência que devem ser observados indistintamente por todos os colaboradores em suas atividades, incluídos os membros: (i) do Conselho de Administração, (ii) dos Conselhos e Comitês de Assessoramento, e (iii) da Diretoria Executiva, bem como demais gestores e partes relacionadas. Salienta-se ainda, que o referido normativo passou por um processo de

5.3 Programa de integridade

aprovação que abrange a mais alta instância executiva do Grupo CPFL, quais sejam as agendas de RD (Reunião de Diretoria) e RCA (Reunião do Conselho de Administração), e está disponível em ambiente de amplo e público acesso através do site institucional do Grupo CPFL, através do link: <https://www.grupocpfl.com.br/institucional/codigo-de-conduta-etica>.

Além disso, em 2020 foi publicado o Código de Conduta Ética para Fornecedores - normativo derivado e sujeito ao Código de Conduta Ética do Grupo CPFL supramencionado, mas que tem um direcionamento específico para o público de fornecedores e prestadores de serviços, visando assegurar a compatibilidade entre os valores da cadeia de suprimentos e aqueles disseminados pelo Grupo CPFL. Referido normativo está disponível no site institucional através do link: <https://www.grupocpfl.com.br/institucional/fornecedores>.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O âmbito de aplicação do Código de Conduta Ética e do Código de Conduta Ética para Fornecedores abrange tanto colaboradores e gestores internos quanto o público externo de fornecedores e partes relacionadas ao Grupo CPFL, conforme previsto na diretriz nº 13 “Responsabilidade pelo cumprimento dos valores e das diretrizes definidos no Código de Conduta Ética (Código)”. Além disso, o estabelecimento do Programa de Integridade, do Comitê de Ética e Conduta Empresarial e da Comissão de Processamento de Denúncias visam monitorar, justamente, o cumprimento das diretrizes éticas do Grupo CPFL em todos os níveis a partir de uma abordagem “*tone at the top*”.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

O Código de Conduta Ética, em suas diretrizes nº 13, “e” e 37, “d”, estabelece a possibilidade de aplicação de medidas disciplinares como consequência de condutas não alinhadas ou praticadas em violação às diretrizes do Código. Cabe ao Comitê de Ética e Conduta Empresarial, após análise do relatório de investigação de denúncia, e deliberação quanto à procedência da denúncia, a recomendação de aplicação de medida disciplinar ao(à) colaborador(a) denunciado(a), sendo a dosimetria da medida disciplinar sugerida pelo Comitê e a aplicação realizada em conformidade com os procedimentos do normativo de Medidas Disciplinares e Ressarcimento de Danos (GED 17055).

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta Ética está na sua 4ª versão e foi aprovado em Reunião de Conselho de Administração em 16 de dezembro de 2021, estando disponível no site institucional do Grupo CPFL em local de público acesso, através do link: <https://www.grupocpfl.com.br/institucional/codigo-de-conduta-etica>.

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- i) **se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros**

O Canal de Ética do Grupo CPFL é gerenciado por uma empresa externa independente (Contato Seguro), contratada para recebimento de registros éticos (denúncias, consultas e sugestões), e está disponível 24 horas por dia, todos os dias da semana, através dos links: <https://www.grupocpfl.com.br/institucional/canal-de->

5.3 Programa de integridade

[ética](#) e <https://www.contatoseguro.com.br/cpflenergia>, do e-mail: eticacpfl@contatoseguro.com.br, do telefone 0800 601 8670, e do aplicativo da Contato Seguro acessível tanto para dispositivos Android através da Google Play Store, como equipamentos iOS via Apple Store.

- ii) se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados**

O Canal de Ética está aberto à apresentação de registros por todos os públicos de relacionamento das empresas do Grupo CPFL.

- iii) se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé**

O Canal de Ética assegura a integridade e confidencialidade das informações e do registro apresentado, bem como o anonimato dos usuários, e atribui um número de identificação (protocolo) que permite ao usuário o acompanhamento do status do registro. Adicionalmente, o Grupo CPFL proíbe qualquer prática de retaliação contra relatos realizados de boa-fé, conforme previsto no Código de Conduta Ética, na Política Anticorrupção, na instrução do Programa de Integridade e no Regimento de Comitê de Ética, e reforçado no sítio eletrônico em que o Canal está divulgado (link: <https://www.contatoseguro.com.br/cpflenergia>).

- iv) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias**

O Grupo CPFL possui um Comitê Executivo de Ética e Conduta Empresarial ("COMET") e uma Comissão de Processamento de Denúncias ("CPD") que contam com a participação de membros da alta administração e da diretoria executiva, e que foram implantados para gestão do processo de investigação e avaliação das denúncias recebidas dos colaboradores e demais públicos de relacionamento do Grupo CPFL.

- c) número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas**

Inexistem casos confirmados desta natureza nos últimos 3 (três) exercícios sociais.

- d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Não se aplica.

5.4 Alterações significativas

5.4 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Conforme previsto no Anexo C da Resolução CVM nº 80/22, este item é de preenchimento facultativo para emissores registrados na Categoria B. A Companhia optou por não preencher este item.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há informações que a Companhia julgue relevante em relação aos itens anteriores que não tenham sido divulgadas nos demais itens deste Formulário de Referência.